

# LETRAMENTO E INOVAÇÃO NO ENSINO E NA FORMAÇÃO DO ALUNO NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Valquiria Marcelina da Silva Borges<sup>1</sup>

**Resumo:** Atualmente as escolas brasileiras tem se defrontado com expressivas mudanças no que concerne à disciplina de Língua Portuguesa. A preocupação com o ensino dessa disciplina tem mobilizado pesquisadores, linguistas, professores, dentre outros, os quais vêm procurando fundamentar e intervir nessas práticas educativas. O objetivo do artigo é refletir sobre o letramento e as inovações no ensino e sua intrínseca relação com a formação dos alunos dentro da Língua Portuguesa. A questão problema diz respeito à: qual a relevância do letramento e da inovação dentro da formação do aluno no contexto da Língua Portuguesa? A metodologia adotada diz respeito a pesquisa bibliográfica a partir de um levantamento de dados em livros, artigos e sites que abordam o assunto em questão visando elucidar os objetivos propostos. Diante da importância do letramento para a sociedade moderna e principalmente no âmbito da escola e como a mesma vem se integrando as inovações tecnológicas no âmbito do ensino que a cada dia tem se modernizado, concluiu-se que dentro da disciplina de Língua Portuguesa tanto o letramento quanto a inovação se constituem elementos primordiais para que se possa formar alunos melhores, dessa forma o estudo da temática se coloca como importante e justificável. O currículo de Língua Portuguesa deverá criar ações que contribuam para desenvolver habilidades voltadas para interpretação, leitura, criação de textos, onde o aluno possa dar sentido ao que lê e escreve, tornando-se autor da sua própria história.

**Palavras-chaves:** Letramento; Inovação; Língua Portuguesa; Alunos.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de pós-graduação em alfabetização e letramento. E-mail: valquiriamborges@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo fará uma abordagem com relação ao letramento e a inovação no ensino e na formação dos alunos dentro do contexto da Língua Portuguesa. Pensar o letramento exigiu a necessidade de um conceito que extrapolasse o processo de aquisição da língua, configurado nos atos de decodificar e codificar a escrita, bem como as preocupações em torno dos sujeitos não alfabetizados que vivem em sociedades letradas, fez emergir o termo letramento como um processo que envolve as práticas sociais de leitura e escrita desenvolvidas por indivíduos pertencentes a sociedades grafocêntricas.

Por isso, pensar e viver a diversidade do mundo, perpassado por tantas inovações tecnológicas e incessantes descobertas, exige do educador um diálogo com este novo mundo e com outros mundos a serem contemplados nas diversas esferas da vida social. Trabalhar politicamente para que diversas vozes integrem este mosaico social é tarefa que cabe aos professores em sua prática cotidiana.

Dessa maneira o estudo tem como objetivo refletir sobre o letramento e as inovações no ensino e sua intrínseca relação com a formação dos alunos dentro da Língua Portuguesa. Apresenta como objetivos específicos: conceituar o letramento, especificar as características do letramento e as inovações para a formação dos alunos na Língua Portuguesa.

Dessa forma a questão problema diz respeito à: qual a relevância do letramento e da inovação dentro da formação do aluno no contexto da Língua Portuguesa?

Diante da importância do letramento para a sociedade moderna e principalmente no âmbito da escola e como a mesma vem se integrando as inovações tecnológicas dentro do ensino que a cada dia tem se modernizado, fica evidente que dentro da disciplina de Língua Portuguesa tanto o letramento quanto a inovação se constituem elementos primordiais para que se possa formar alunos, dessa forma o estudo da respectiva temática se coloca como importante e justifica o estudo da mesma.

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia adotada diz respeito a pesquisa bibliográfica a partir de um levantamento de dados em livros, artigos e sites que abordam o assunto em questão visando elucidar os objetivos propostos.

## **3 DESENVOLVIMENTO**

### **3.1 Conceituando Letramento**

O termo letramento constitui-se na complexidade das funções da leitura e da escrita em um contexto determinado. Sua gênese está relacionada aos desafios sociais da contemporaneidade, oriundos das modificações no âmbito econômico, político e social; no mundo do trabalho; no campo da comunicação e da informação, as quais ocasionam a exigência de novas demandas sociais, sobretudo, na educação, requerendo a formação de alunos leitores capazes de articular os conhecimentos, de trabalhar e pensar sobre as diferentes formas de linguagem, para participarem plenamente da sociedade em que vivem.

No contexto brasileiro, a palavra letramento começa a ser visualizada no final da década de 1980. O sentido atribuído à expressão por autoras como Kleiman (2009) e Soares (2009) advêm da palavra inglesa “literacy”, compreendida como a capacidade do indivíduo se envolver em práticas sociais de uso da língua.

Portanto, Ribas (2010, p. 5) também conceitua letramento relacionando-o à expressão inglesa, “letramento é apropriar-se da escrita com competência, sabendo usá-la adequadamente conforme as demandas sociais de leitura e escrita que se vivenciam. É envolver-se em numerosas e variadas práticas sociais de leitura e escrita”.

Portanto, um indivíduo letrado seria aquele que, além de dominar o código linguístico, é capaz de conhecer, ler, produzir e transformar diferentes gêneros textuais. É um sujeito competente para utilizar a leitura e a escrita em consonância com as mudanças sociais.

Na visão de Marcuschi (2011) a palavra letramento tem um sentido plural, pois as práticas de leitura e escrita desenvolvidas pelo sujeito variam funcionalmente, conforme o contexto em que ocorrem. Nesse sentido, propõe a seguinte definição:

O letramento é um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, letramentos [...] distribui-se em graus de domínio que vão de um patamar mínimo a um máximo. A escala de níveis ou graus de domínio social da língua possibilita que os sujeitos desenvolvam práticas de letramento no cotidiano, independentes do processo de escolarização. Dessa maneira, letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita. (MARCUSCHI, 2011, p. 21/25).

Assim, percebe-se a estreita relação do letramento com o contexto sociocultural e histórico, uma vez que a própria inserção do indivíduo no mundo da escrita já demanda práticas sociais da língua. Por outro lado, é importante considerar que o domínio da escrita e de suas respectivas funções propicia aos sujeitos progressão cognitiva, política, social e cultural. A esse fato Kleiman (2009, p. 8) atribui a denominação de “efeito potencializador do letramento”, por possibilitar ao cidadão maior acesso à cultura, tornando-o apto para “lidar com as estruturas de poder da sociedade”, o que o caracteriza como um processo individual, mas, sobretudo, sócio-histórico e cultural.

Para Soares (2009 p.30), não extingue os aspectos sócio-históricos do conceito de letramento, ao contrário, reafirma que ele deve ser compreendido como um fenômeno de duas dimensões: a individual e a social. Nesse sentido, o letramento pode ser entendido como “o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais”

O letramento contribui para que os professores consigam construir os conhecimentos dos alunos se tornando estratégia importante nesse contexto, mas que deve ser considerado diante da atuação do professor em sala de aula.

### **3.2 Letramento e construção do conhecimento e inovação em Língua Portuguesa**

A sociedade exige novas posturas diante do conhecimento e de suas formas de apreensão, fazendo com que a educação não seja mais atividade somente da escola, chegando às mais diversas agências sociais. Além disso, as novas tecnologias modificam a maneira de se lidar com o conhecimento, contribuindo, também, para o redimensionamento do tempo e do espaço das atividades pedagógicas e dos procedimentos metodológicos do professor.

As ciências aparentemente intocáveis são questionadas nas suas metodologias e essências. A educação não poderia ficar alheia a este processo transformador e revolucionário. Diante dessa característica da nova sociedade emerge o papel fundamental da educação: ajudar a preparar alunos para lidarem com as inovações e ao mesmo tempo adquirirem conhecimentos para transitar na sociedade. Para isso, é preciso que se tenha clareza quanto ao papel social da escola, à natureza do conhecimento e o papel do professor no contexto escolar.

A organização destas questões nos traz alguns desafios e muitas reflexões e nos faz reportar a Gandin:

Nos dias atuais a educação tem tomado uma dimensão diferente de tempos atrás. Hoje o professor não pode mais aceitar o papel de mero reprodutor de conhecimentos e único detentor do saber. Os tempos mudaram, as técnicas educacionais evoluíram, as didáticas de outrora já não mais atendem às expectativas dos educandos. (GANDIN, 2010, p.91)

Nesse contexto, Antunes (2002) se refere a estas mudanças ocorridas afirmando que hoje em dia, em face da banalização da informação, da revolução digital, da nova política, da nova economia e dos desequilíbrios familiares cada vez mais preocupantes, solicita-se aos professores que façam dos conteúdos convencionais de suas disciplinas ferramentas ou instrumentos que, ao qualificarem também para a vida, despertem capacidades e competências, a fim de estimular em sala de aula todas as inteligências de seus alunos.

Um dos maiores desafios com o qual a escola se defronta é resolver de forma efetiva uma das suas principais metas: a de proporcionar aos alunos a possibilidade

de realizar, com os materiais e os meios disponíveis, algo que ainda não tenha sido feito, ou de fornecer condições para que aquilo que já foi feito seja visto ou refeito a partir de uma nova perspectiva. Não se quer, assim, que a escola atue apenas como reprodutora de conhecimentos ou de técnicas já desenvolvidas. Ao contrário, é preciso que a criação, seja ela científica, seja ela artística, tenha lugar no espaço escolar.

Para Castro e Carvalho (2011, p. 41) “a formação e o trabalho docente precisam de um compromisso ético par a construção de uma nova sociedade mais justa e feliz, envolvendo a diversidade de sujeitos, de grupos, de relatos e de recursos em diferentes linguagens em múltiplas culturas”. Daí a necessidade dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula serem significativos.

Por isso, Charllot vai mais adiante afirmando que:

A escola vem demonstrando que através de suas práticas não aproveita as experiências individuais e coletivas dos alunos, além de não utilizarem situações diárias do contexto e da realidade do aluno que sejam significativas. Os conteúdos são trabalhados de forma estática, mecanizada e os educadores passam a adotar práticas que em nada colaboram para a construção do conhecimento. (CHARLLOT, 2010, p.68)

Conhecer as experiências dos alunos, seus interesses, habilidades, necessidades e, sobretudo, seu atual nível de conhecimento do conteúdo a ser ensinado é indispensável ao professor. A aprendizagem encarada somente como acúmulo de conhecimentos, não subsiste mais. Por isso o educador que se mantiver nesta postura, estará fortalecendo a má qualidade do ensino.

No dizer de Giusta (2005, p. 32) “o ato de conhecer é dinâmico, é mais do que memorizar ou reter informações é mais do que assimilar de modo passivo um conhecimento previamente elaborado”. Conhecer envolve, além da assimilação, a reelaboração crítica e a reinterpretação ou recriação de informações e de conceitos.

Não basta apenas dominar conteúdos, mas também a forma de trabalhar com estes conteúdos, dando significado e sentido entre o aluno e o conteúdo escolar, além do rompimento com a tradição de organização curricular que durante séculos, pautou-se pela ênfase nos aspectos formais do conhecimento e pela uniformidade de caminhos a seguir. No lugar de um modelo fechado e transmissivo de educação, constituído de conhecimentos fragmentados, situações artificiais de aprendizagem,

professores e alunos executores de ordens e programas, propõe-se um modelo aberto e interativo, constituído de conhecimentos reais, articulados em contextos significativos de aprendizagem, em que professores e alunos assumem uma atitude ativa e investigativa, agindo cooperativamente para atingir objetivos compartilhados.

Portanto, Giusta (2005, p. 36) ressalta que:

A sala de aula passa a ser o espaço para a crítica, o confronto, a reelaboração de saberes a partir da valorização e da incorporação ao currículo escolar de todas as diferenças culturais presentes na realidade social onde o currículo precisa proporcionar ao aluno um conjunto de experiências que lhe assegure a compreensão de sua realidade, além de instrumentalizá-lo para atuar sobre esta realidade de forma crítica.

Segundo Castro e Carvalho (2011), é preciso oferecer a possibilidade de um trabalho crítico em sala de aula, onde o professor aprofunde sua compreensão sobre as mudanças pelas quais passa o aluno. Além disso, é preciso usar de perseverança e criatividade para organizar e conduzir as situações-problemas de modo a garantir a participação e interesse dos alunos.

Se o aluno reproduz de maneira mecânica o que ouviu em sala de aula, tal como faria um papagaio ou um gravador, na verdade nada aprendeu, posto que nada de novo construiu. Aprender na escola significa elaborar uma representação pessoal desse conteúdo, aproximando-se do mesmo com a finalidade de torná-lo próprio e, assim, transformá-lo. De acordo com Salvador (2010, p. 74), “para que o aluno se sinta motivado cabe ao professor propor atividades em que este se sinta ativo, participando diretamente do trabalho. Ao mesmo tempo, deverá criar atividades instigantes, que agucem a curiosidade e o mobilize”.

A aprendizagem escolar precisa ser vista como um processo conjunto, compartilhado entre professores e alunos, com a finalidade de levar o aprendiz, ajudado pelo professor e por seus colegas, a se mostrar progressivamente autônomo na resolução de tarefas, na transformação de conceitos, na prática de determinadas iniciativas em múltiplos desafios.

O professor não é exclusivamente um transmissor de conhecimentos como o aluno não é receptor passivo dos mesmos. O professor é um mediador competente entre o aluno e o conhecimento, alguém que deve criar situações para a

aprendizagem, que provoque desafio intelectual. Seu papel é o de interlocutor, que assinala, salienta, orienta, coordena.

Quem ensina precisa incentivar os alunos a relacionarem o que foi aprendido na escola com outras experiências fora dela e a propor outros temas e problemas que considerem relevantes para serem debatidos. Aceitar como ponto de partida as preferências, rejeições, estados de ânimo dos alunos, possibilita ao professor criar condições para uma melhor compreensão de tais sentimentos no conjunto da situação e a resolução daqueles que são obstáculos à construção de conhecimentos.

Portanto, Antunes (2002, p. 16) enfatiza que “distancia-se do perfil de hoje o professor apenas preocupado com os fundamentos e os conteúdos da disciplina que leciona; conhecê-los, evidentemente, é importantíssimo, mas compreender a maneira como a mente opera o conhecimento e assimila-o é primordial”.

Assim, é de fundamental importância que o professor tenha clareza de todos os fatores que intervêm na ação pedagógica, de modo que possa criticá-los e, a partir disso dar sentido para que a mesma seja direcionada por valores claros e explícitos, conscientemente assumidos. Uma ação centrada no diálogo e que permita o envolvimento ativo do aluno no processo enquanto sujeito de sua própria aprendizagem e, portanto, capaz de aprender, criar, estabelecer relações, avaliar e julgar.

O aluno precisa descobrir, passo a passo, como constrói seus conhecimentos, como aprende de maneira significativa. Com a ajuda do professor, precisa aprender a aprendizagem libertadora. Conforme nos explica Becker (2003) desse modo, o professor deixa de ser transmissor de conhecimentos, numa relação vertical, e assume a condição de educador, que, num processo de interação dialógica com os alunos, atua no sentido da construção coletiva do saber, a partir de conteúdos significativos para o aluno e para a sua realidade social.

De acordo com Freitas (2008), é necessário pensar a prática pedagógica em uma outra concepção de ensino, onde a aprendizagem há de se construir na cumplicidade de um grupo exigente, em sua racionalidade teórico-prática que se afirmar em um planejamento pedagógico sensível à reflexão e às atuações em suas múltiplas dimensões sociais. Hoje é preciso compreender que o mundo vem

mudando em suas formas geográficas, em suas relações culturais e identitárias, apresentando novas práticas que sugerem uma nova ética. Ao professor caberá o papel de investigador, de inovar cada dia mais sua prática, e sempre buscando novas estratégias de ensino que possam contribuir para facilitar a aprendizagem por parte do aluno. O educador precisa reconhecer seu papel social e aliar-se às novas formas de educar, buscando estimular o diálogo entre os alunos, desenvolvendo também sua competência técnica, política e social.

A ação educativa deve estar voltada para a autodescoberta, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, juntamente com o aprimoramento do seu pensamento crítico, por isso, a escola precisa ter uma proposta pedagógica coerente com a realidade dos educandos e que atenda suas expectativas e necessidades.

Os processos que conduzem à aprendizagem não passam pela memorização mecânica, nem por atividades de reprodução. A aprendizagem não se dá de forma fácil, imediata, por simples observação da realidade. A construção do conhecimento exige esforço, concentração, dedicação e mobilização das operações mentais. O aluno não aprende simplesmente escutando o professor, fazendo uma leitura, assistindo um documentário.

Nesse contexto, Salvador afirma que:

A assimilação pressupõe que o aluno tenha oportunidade de debruçar-se sobre os conteúdos escolares, aprofundar o estudo do tema, fazer interpretações, estabelecer relações, elaborar sínteses e conclusões pessoais, na interação com o professor e os colegas. Aprender requer uma intensa atividade mental. (SALVADOR, 2010, p. 91)

Cabe ao professor ser o mediador do processo de construção do conhecimento, criando condições favoráveis para que se produza uma interação de alto nível entre o aluno e os conteúdos escolares. No dizer de Antunes (2002) é essencial que todo professor, não importa o conteúdo que ensine nem mesmo a faixa de idade para qual se dirija, saiba que seus alunos possuem um corpo, explodem a cada momento em múltiplas emoções e vivem dentro de um mundo material e social, elementos que precisam figurar como ícones do que se ensina de novo, dos conteúdos específicos que se busca fazê-los aprender.

Uma relação entre seres humanos implica em reconhecer o outro como ser num conhecimento mútuo, onde eles vão se reconhecer através do diálogo, da empatia que é um elo culminante entre os integrantes da escola, através de experiência de vida do aluno que passa pelo processo educativo, uma vez que os educadores e educandos os tomam como ponto de partida para uma abordagem construtiva e participativa.

### *3.3. O professor de língua portuguesa e a formação do aluno crítico*

É inegável que a sociedade vem se modificando e que as inovações que se fazem necessárias, passam também pela escola. Ela precisa se manter conectada às mudanças procurando acompanhá-las mostrando ao aluno que ele também precisa estar em sintonia com as evoluções ocorridas sabendo utilizá-las da melhor forma possível. Na escola, através da Língua Portuguesa, o indivíduo alarga os conhecimentos e se capacita como ser humano a interagir no mundo de modo criativo e transformador. Especialmente pela leitura e pela escrita, a pessoa adquire maior habilidade para exercer os conhecimentos culturalmente construídos, e deste modo escala com facilidade os novos graus de ensino, e em consequência, atinge também sua realização pessoal.

O ato de ler segundo aponta Cardoso (2009, p. 125) “é um ato que possibilita relacionar o texto ao contexto, aos conhecimentos, aos valores, aos sentimentos, às ideologias do poder, extrapola, portanto, o âmbito da educação formal, fornecida pela escola”. Vencer, pois, o desafio de preparar cidadãos mais capacitados e dotados de discernimento para enfrentar a era da cibernética, que vem modificando, de alguma forma a política econômica, o conhecimento, a convivência entre as pessoas, enfim a própria vida, será o determinante do valor potencial de uma nação.

A leitura na sociedade precisa permitir o acesso dos indivíduos aos bens culturais, como ferramenta de conhecimento e crítica dos fatos históricos, científicos, literários, e como um dos instrumentos mais práticos, ao lado da palavra oral, de que o povo pode lançar mão a fim de comunicar e fazer valer suas ideias, interesses e aspirações. Para que a leitura se torne acessível para todas as classes populares se

faz necessário uma política educacional e cultural democrática e sua difusão em todos os segmentos sociais. E sua realização só se dará com a existência de uma escola popular de qualidade que capacita o educando a intervir e construir sua própria história, desenvolvendo sua capacidade de ler o mundo.

Deste modo, Carvalho esclarece que:

A leitura implica a participação livre do sujeito, realizando uma relação ativa e democrática entre alfabetizador e alfabetizando. É deste modo que a educação alcançará sua meta singular: ajudar a despertar em cada pessoa a consciência de sua própria dignidade, formando pessoas livres, responsáveis e solidárias. (CARVALHO, 2011, p.51)

De fato, o professor ao atuar de maneira democrática em sala de aula estará contribuindo de forma valiosa para que o educando ao participar do processo, se torne também atuante, o que equivale a um bom caminho percorrido na busca da libertação. Cabe à escola promover atividades que promovam o desenvolvimento da Língua Portuguesa, onde os alunos se sintam livres para imaginar, dialogar, possibilitando a descoberta de seus “disparadores próprios” para a linguagem em todos os seus níveis. O caminho para esta descoberta inicia-se com bons textos, variados portadores de textos, escritos por vários autores e por aqueles que cotidianamente, abrem para nós as portas do mundo da escrita e da leitura.

A Língua Portuguesa deve estar pautada numa ação dialógica e participativa, como instrumento criador e facilitador de estratégias capazes de tornar o aluno sujeito da língua que fala/escreve, para que dessa forma possa atuar no mundo em que vive. O professor por sua vez, precisa envolver os alunos nas aulas para que eles possam apropriar-se dos conteúdos numa troca simétrica, adequando-os as situações comunicativas vividas (ANTUNES, 2002, p. 89).

A formação do leitor não se dá exclusivamente na escola, mas aprende-se a ler através das diferentes vivências. Desta maneira, a escola não é a principal responsável pela formação do leitor, mas desempenha papel fundamental nesta formação. Ao professor cabe o papel de romper consigo mesmo e com sua história e transformar a sala de aula num espaço de vivências, experiências que podem ser enriquecidas através da pluralidade, da diversidade cultural. Não podemos nos abdicar do papel histórico de formarmos leitores para interferir criticamente na formação qualitativa do gosto de outros leitores.

No dizer de Kuenzer (2002) tudo o que se ensina na escola, envolve e depende da leitura. Para que o ensino da leitura traga resultados eficazes, exige-se que se conheça as diversas facetas que compõem e orientam o ensino, a aprendizagem e o despertar do gosto da leitura, ou do hábito de ler.

Inicialmente é necessário que se conheça a importância da leitura na vida de uma pessoa, os benefícios adquiridos através de sua prática. É partindo da consciência do valor da leitura para o indivíduo, que a escola terá condições de se colocar em linha de batalha, para que seu processo se viabilize.

De acordo com Marinho (2002) ao planejar o ensino da leitura, o educador precisa ser coerente em suas atitudes, assumindo uma postura democrática, que tenha como características: o diálogo, o respeito, a humildade ao ensinar, que corresponde ao reconhecimento de que aprender a ler e a escrever é um ato "criador", e, portanto, o aprendizado depende da participação do sujeito.

Um aspecto importante que deve ser considerado pelo professor é o respeito às condições linguísticas em que se encontra o aluno usuário, falante da língua. Com efeito, se o professor não partir do respeito à linguagem do aluno, deixará de existir qualquer condição de diálogo e, em consequência, o trabalho a ser desenvolvido torna-se extremamente penoso.

Sabemos que a linguagem, tanto oral quanto escrita, é fundamental na escola. Em especial, o ensino destinado às classes desfavorecidas, deve dar atenção à linguagem. Marinho (2002, p.53) acrescenta que “a linguagem do professor luta continuamente para impor-se e a do aluno perde fatalmente a luta, quer pelo emudecimento de sua voz, quer pela superação de sua linguagem dando lugar à do professor”.

O trabalho do professor há de ter por objetivo exatamente proporcionar-lhe o domínio da linguagem de modo que ele venha a dispor de um instrumento eficiente de compreensão da realidade. A aquisição de um instrumento eficiente não se consegue pela anulação do precário, mas pela sua transformação. A escola se comporta como se sua função fosse, pura e simplesmente, conduzi-lo ao domínio da linguagem oral e escrita que lhe compete “impor”.

Para Lajolo e Zilberman (1984) o respeito à linguagem do aluno fortalece a prática da leitura possibilitando aos alunos a produção de textos mais eficazes, pois lhes fornece matéria-prima para suas criações. E é também no desenvolvimento das atividades de leitura que elas entram em contato com um variado repertório de recursos linguísticos que poderão ser utilizados em suas próprias produções textuais.

Segundo Kuenzer (2002) é imprescindível o professor analisar e compreender o aspecto contraditório que a leitura pode reter em si. A qualidade dos textos usados em sala de aula, sua relação com a realidade e a metodologia de leitura indicarão e explicitarão se a escola assume a leitura enquanto reprodutora ou a torna um instrumento de conscientização, de criação e de libertação.

O professor poderá descobrir com facilidade se sua prática é de fato libertadora, ou seu ensino é arcaico, marcado pelo autoritarismo, reflexo de uma sociedade dividida em classes, que manipula e oprime os que estão à margem da sociedade.

“Cabe ao professor despertar no aluno o gosto pela leitura, dando oportunidades para que ele adote procedimentos que desenvolvam esse hábito, lembrando que a leitura mobiliza a imaginação, a diversidade de opções estimulando a busca de alternativas”. (MARINHO, 2002, p. 68).

Entretanto, para Lajolo e Zilberman (1984), ao professor, cabe a orientação, a promoção e o incentivo pela leitura. Portanto em primeira instância, o educador deveria ser conhecedor das variantes que prejudicam o processo ensino-aprendizagem da escrita e da leitura, os riscos a que expõe quando na utilização de métodos, principalmente na alfabetização, que poderá afetar a formação de leitores competentes. Uma formação profissional permanente é imprescindível. Formar bons leitores requer do professor, que seja também efetivamente um leitor.

É preciso que os educadores em geral, valorizem a leitura e trabalhem no sentido de a estimularem na escola, fazendo com que os alunos percebam que existe uma variedade de leituras e que em cada área de estudo, exige habilidades equivalentes ao tipo de leitura que é feita. Não é viável o professor apresentar ao aluno leitura estética centrada inicialmente no significado das palavras, mas deve dar ênfase a leitura que abra lacunas, permitindo ao leitor, criar, construir e recriar a partir do que foi lido. Esse tipo de leitura proporciona a formação de um leitor crítico e

reflexivo preparado para intervir frente à sua realidade. Para tal, cabe ao professor ter domínio do que propõe para depois utilizar com seu aluno.

Não se pode esquecer, neste contexto, do papel do currículo. Ele tem se colocado como centro das reformas educacionais em diversos países, sendo o foco de lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. Segundo Giusta (2005, p. 40) “o currículo corporifica os nexos entre saber, poder e identidade”. Na sala de aula ele define os papéis de professores, alunos e suas relações, redistribuindo funções de autoridade e iniciativa, além de fabricar objetos, saberes, competências, sucessos e fracassos.

As novas mudanças ocorridas na sociedade, principalmente àquelas advindas com as transformações tecnológicas, que incidem na reconfiguração das relações de produção e, ainda, no redirecionamento das pesquisas científicas com novas descobertas no mundo da informática, cibernética, entre outras, demandam o repensar do projeto educacional. Vários são os países que já se encontram redefinindo o modelo escolar, buscando, em um novo desenho curricular, alternativas para adequação aos paradigmas impostos pelas mudanças que estão ocorrendo numa acelerada velocidade.

Isto quer dizer que o currículo deve ser encarado numa perspectiva prática que concebe a educação como uma atividade prática, que, ocorre através da interação humana propiciando ao aprendiz a possibilidade de atribuir significados à sua vida e ao mundo, além de considerar o conhecimento como uma construção social. Qualquer currículo terá de respeitar o nível de aptidão individual de cada educando, ou melhor, terá de se adequar ao seu perfil interindividual, pois dessa forma os objetivos a atingir partirão de uma base concreta e não abstrata ou arbitrária. A importância do papel do professor é fundamental para que se estabeleça a confiança e a autoestima que o levará a desenvolver a proposta de ensino com satisfação. O currículo de Língua Portuguesa deverá criar ações que contribuam para desenvolver habilidades voltadas para interpretação, leitura, criação de textos, onde o aluno possa dar sentido ao que lê e escreve, tornando-se autor da sua própria história de mundo.

As angústias dos educadores são legítimas, devem ser ouvidas e problematizadas. É também fundamental conhecer a forma como os professores

concebem o trabalho com a Língua Portuguesa e quais saberes são mobilizados na prática pedagógica com os alunos. As propostas de trabalho devem representar um desafio ao seu pensamento, com o objetivo de proporcionar o alcance da autonomia moral, social e intelectual. As atividades devem favorecer a estruturação ou coordenação das próprias ações dos alunos, considerando que são capazes de criar, de criticar, de descobrir e de reinventar o conhecimento a partir de uma inter-relação com o meio. Será preciso, ainda, envolvê-los pessoalmente na atividade que poderá ser individual, coletiva ou em grupo, de acordo com o que melhor oportunizar a troca de pontos de vista.

#### **4 CONCLUSÃO**

Atualmente nas escolas brasileiras temos nos defrontado com expressivas mudanças no que concerne à disciplina Língua Portuguesa. A preocupação com o ensino dessa disciplina tem mobilizado pesquisadores, linguistas, professores, dentre outros, os quais vêm procurando fundamentar e intervir nessas práticas educativas. Estas mudanças rompem com o papel da Língua Portuguesa como repetição, memorização de regras gramaticais, imposição de textos enfadonhos.

Ela tem assumido um papel de facilitadora da aprendizagem e da socialização de conhecimentos na sala de aula, além de instrumento capaz de desenvolver no indivíduo a expressividade, extrapolando os muros da escola e levando o educando a interagir com a realidade social que o cerca. Esta mudança busca discutir e propor um redimensionamento do trabalho do professor, conscientizando-o da importância da sua ação profissional e política na sociedade. Porém a mudança ainda é lenta e precisa abranger um âmbito maior, o professor precisa repensar sua própria prática e a forma que concebe o ensino da Língua Portuguesa. Uma mudança da prática exige um aprofundamento teórico, principalmente através de programas permanentes de capacitação e principalmente através de pesquisa e estudos conjuntos.

Caberá ao professor criar a oportunidade de discutir com seus colegas questões pertinentes à educação, trocando ideias, buscando soluções, levantando angústias, dúvidas. O compromisso com tal projeto educativo exige um competente

trabalho docente. Enfim, é preciso que a escola e professores estejam abertos às mudanças e passem a aderir a projetos e propostas que envolvam atividades voltadas para o ensino da Língua Portuguesa, que enriqueçam as capacidades dos alunos, transformando-os em sujeitos críticos e reflexivos.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BECKER, Fernando. **A Epistemologia do professor: o cotidiano da escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- CARDOSO, Beatriz. **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita**. São Paulo: Trajetória, 2009.
- CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2011.
- CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.
- CHARLOTT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.
- FREITAS, Luis Carlos de. **Críticas da organização do trabalho pedagógico e da didática**. São Paulo: Papyrus, 2008.
- GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 2010.
- GIUSTA, Agneta. **Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- KLEIMAN, A. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- KUENZER, Acácia (Org.). **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCHUSI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARINHO, Marildes (Org.) **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira. História & Histórias**. São Paulo: Ática, 1984.
- RIBAS, C. **As atuais mudanças na educação e suas implicações para a alfabetização e o letramento**. Belo Horizonte: CEALE, 2010.
- SALVADOR, César Coll. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2009.